

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

18 anos do Movimento de 64

A Revolução de 1964

HERBERT LEVY

Farei uma apreciação do Movimento de Março de 1964 partindo de uma ótica pessoal.

Primeiro, alguns antecedentes. Nos dias que se sucederam à renúncia de Jânio Quadros, criou-se na liderança política em Brasília a convicção de que as Forças Armadas não permitiriam a posse do vice, João Goulart, convictas de que sua formação caudillesca levaria novamente a uma ditadura tipo Vargas. Mas essa posição não se configurou unânime porque o general-comandante do 3.º Exército, recém-chegado a Porto Alegre, convencido por Leonel Brizola e outros companheiros de Goulart, colocou-se firmemente em favor de sua posse.

Corríamos o risco de uma guerra civil, já que os demais setores das Forças Armadas opunham-se decididamente a aceitar Goulart, nessa ocasião fazendo a longa viagem de volta de Hong Kong, onde se encontrava no dia da renúncia.

Durante quase duas semanas estivemos andando sobre o fio de uma navalha. Como presidente da UDN, não pude arredar pé de Brasília, pois os contatos para evitar o pior se faziam de dia e à noite, às vezes madrugada adentro.

Resultou daí o compromisso de que Goulart assumiria o governo, mas somente após uma reforma constitucional que introduziria o parlamentarismo, transferindo-se a chefia do Executivo para um primeiro-ministro.

Os dois maiores partidos, o PSD e a UDN, uniram-se para dar maioria, aliás confortável, no Parlamento, ao Gabinete que se constituísse. Goulart tomou posse, indicando Tancredo Neves para organizar o primeiro Gabinete. Constituiu-se o novo governo, afastando-se o risco de guerra civil.

Tivemos, Amaral Peixoto, presidente do PSD, e eu, presidente da UDN, um primeiro encontro com Goulart e Tancredo, quando as questões de maior importância foram postas por estes aos partidos que sustentavam o governo no Congresso. Deveria manifestar-se em primeiro lugar Amaral Peixoto, presidente do maior partido. Colhendo-me inteiramente de surpresa, o presidente do PSD declarou que eu falaria por ambos, dando-me assim uma demonstração de confiança total que se repetiria em todos os demais encontros que tivemos com o presidente e o primeiro-ministro.

Expus pausadamente, com clareza, nossos pontos de vista em relação aos problemas em exame, dirigindo-me sobretudo ao primeiro-ministro. Mas após a manifestação que fiz em nome dos dois partidos, Tancredo silenciou e aguardou que Goulart se pronunciasse. Com estranheza para nós, era Goulart que assumia a iniciativa, e isso repetiu-se em novos encontros, com a sistemática aquiescência de Tancredo.

Essa atitude foi seguida também pelos outros primeiros-ministros, recusados por Goulart os que pretendessem agir com independência, como foi o caso de Santiago Dantas e Auro Moura Andrade.

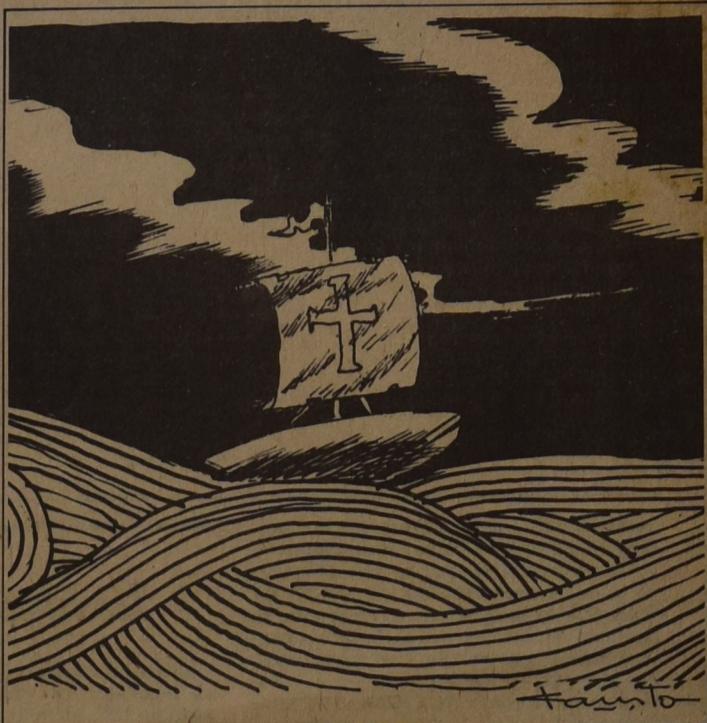
Daí para o plebiscito, promovido amplamente pela máquina do poder, nas mãos de Goulart, foi só um passo, restabelecendo-se o regime presidencial que daria a ele a força desejada para preparar sua permanência no poder.

Goulart era muito simpático no seu trato pessoal, comportando-se com modéstia e até humildade. Considerando minhas origens oposicionistas e notória independência, dispensava-me especial consideração. Disse-me de início — e cumpriu sempre — que quando o procurasse, interromperia qualquer conversa para receber-me. Tentei convencê-lo a tornar-se um consolidador da democracia, já que atingira os pináculos da carreira política com a Presidência da República, mostrando-lhe que, com isso, deixaria um nome para a posteridade. Ao mesmo tempo procurei tirar partido da importância que me atribuía para dizer-lhe que, se tivesse ciência de fatos que evidenciassem corrupção ou subversão em qualquer setor do governo e os denunciaria pessoalmente e esperava providências imediatas. Ele se comprometeu a tomá-las.

Um dia procurei-o munido de elementos que comprovavam haver ele estimulado pessoalmente um movimento de bases contra o Congresso Nacional, após encontros com a direção da UNE, com o líder sindical do petróleo da Bahia, Trifino Correia, entre outros. E disse-lhe que se não tomasse posição clara contra esse movimento isso me levaria ao rompimento político.

João Goulart, surpreendeu-me primeiramente chamando-me pelo meu primeiro nome, porque, embora nosso relacionamento fosse cordial, sempre o tratei com o formalismo necessário. E, em segundo lugar, longe de fugir à acusação, disse-me textualmente que "não sabia governar com o Congresso".

Levantei-me imediatamente, cumprimentando-o com frieza, e afastei-me. Quando penso nesse episódio fico supondo que, como bom caudilho, Goulart havia concluído que eu era amigo, isso porque alguns meses antes, eu tivera problemas com Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, e alguns outros companheiros, que criticavam os contatos — aliás



obrigatórios, como eles próprios reconheceriam depois — entre o presidente do Partido e o presidente da República, matéria que permaneceu na imprensa por algum tempo.

Retirando-me do Palácio das Laranjeiras, promovi um encontro com os principais líderes udenistas, entre os quais Carlos Lacerda, Milton Campos, Prado Kelly, Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, Bilac Pinto e Magalhães Pinto. Ficou assentado que deveríamos mobilizar a opinião pública e Forças Armadas contra o golpe em gestação e foi esse fato que me levou e a outros companheiros a percorrer inúmeros Estados para, ao lado dos líderes udenistas locais, denunciar os propósitos continuistas de Goulart e preparar o terreno para o contragolpe que preservasse as liberdades democráticas no Brasil. Como sempre, os golpistas de Goulart denunciavam como golpista a liderança udenista, que se mobilizava para defender as instituições.

A mobilização da opinião pública, com o eficiente apoio dos organismos cívicos, sobretudo femininos, assumiu proporções impressionantes. As marchas em defesa da família, da religião e da liberdade, com a participação de milhões de pessoas, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros Estados, foram demonstrações gigantescoas contra os planos ditatoriais de Goulart.

Assim chegamos à Revolução de Março de 64.

As Forças Armadas custaram muito para decidir-se pelo contragolpe, evidenciando seu tradicional legalismo, mesmo quando, no caso de Goulart, o governo ultrapassava largamente os limites da legalidade para preparar, aliado aos comunistas, o regime ditatorial. Foi quando Goulart, inabilmente, procurou subverter a hierarquia militar, tentando com seus aliados da extrema esquerda o apoio de sargentos e soldados contra os próprios oficiais, que as Forças Armadas decidiram apoiar a Revolução, embora a maioria dos seus oficiais, sobretudo no 2.º Exército, em São Paulo, em Minas Gerais e outros Estados, conspirassem amplamente para opor-se aos desígnios de Goulart.

A Revolução veio com dois pre-conceitos, que os fatos cada vez mais confirmariam: contra os políticos militantes e contra os empresários, dois setores fortemente comprometidos, o primeiro pela exploração do poder em benefício pessoal e o segundo dominado por um utilitarismo que levava ao incondicionalismo e à subserviência aos desígnios do poder.

Isso não justifica que todos fossem lançados a uma vala comum, porque tantos haviam lutado e se oposto aos desmandos do governo. Mas foi o que aconteceu, sobretudo após a presidência Castelo Branco. Este, com o seu espírito político, ainda distinguia entre o joio e o trigo. Todavia, já na sua administração, despontavam os tecnocratas e os políticos eram marginalizados.

Foi na Presidência Castelo Branco que tivemos a primeira experiência do monetarismo ortodoxo posto em vigor pelos ministros Roberto Campos e Otávio Bulhões, que havia de custar grande desgaste para a Revolução e uma crise que levou à falência milhares de empresas.

Não é o momento de analisar em maior profundidade o que ocorreu nesse período, no plano econômico-financeiro. Mas basta dizer que o recolhimento compulsório de 65% dos depósitos bancários criou uma deflação de crédito de grandes proporções. O comércio e a indústria, que normalmente descontavam duplicatas nos bancos ao redor de 15% ao ano, foram obrigados, pela falta de recursos bancários, a procurar as financeiras — iniciativa dos ministros do setor — pagando 70% ou mais ao ano. Foi como levar as empresas até a porta do cemitério. Daí ao túmulo, eram só alguns passos mais.

Levei frequentemente as minhas objeções ao presidente Castelo Branco, que me distinguia com sua amizade e consideração. Um dia, num tête-à-tête durante o almoço no Alvorada, disse-lhe da minha frustração diante dos rumos da situação econômica altamente negativa. Como ele ouvia as minhas

críticas e se impressionava mais, depois, ouvindo os ministros, deixava-se convencer por estes, o que era natural, propus-lhe um debate amplo em sua presença ou então determinasse ele que o ministro Roberto Campos e eu debatêssemos pela televisão, como havíamos sido convidados por oito entidades rurais, da Bahia ao Rio Grande do Sul, inclusive pela Confederação da Agricultura, então presidida por Iris Meinberg. O presidente Castelo prontamente aquiesceu com o debate público e disse-me que falaria ao ministro nesse sentido. De fato, na tarde desse mesmo dia, comparecendo o ministro Roberto Campos a um debate na União Democrática Parlamentar, ao qual estive presente, disse-me que o Presidente havia lhe falado e ele aceitaria o debate, pedindo que os dirigentes rurais o procurassem para acertar os detalhes.

Transmiti a boa nova aos líderes rurais e eles conseguiram organizar uma rede nacional de televisão, em horário nobre, sem limite de tempo e sem ônus para as entidades rurais. Procuraram então o ministro Campos. Mas este não só se esquivou como conseguiu evitar que o debate se efetivasse até o fim do governo. Não sei até hoje o que teria alegado ao presidente Castelo para fugir à análise pública de uma orientação que se evidenciava cada vez mais negativa.

Mas a política econômica tornara-se tão desastrosa que os mesmos ministros que haviam tornado o crédito a prazo curto, com duplicatas, impossível, apesar de legítimo e não inflacionário, diante da insolvência que atingiu, como disse, milhares de empresas, passaram a fornecer crédito financeiro, a longo prazo esse sim altamente inflacionário, criando o famoso Hospital de Empresas, a fim de evitar que as falências atingissem proporções catastróficas, numa reviravolta de 180 graus da política de crédito.

Fui uma voz solitária no combate aos erros de uma política econômica tão monetarista e ortodoxa como a que o Fundo Monetário Internacional impusera também à Argentina. Foi só em 1967 que o governo, atendendo às ponderações do bom senso, abandonou essa política e passou a financiar amplamente a produção, do que resultou um extraordinário desenvolvimento, enquanto que a Argentina, até hoje, não conseguiu desenvolver-se da crise em que mergulhou desde então, perdendo largamente para o Brasil a liderança econômica latino-americana.

Curioso é que agora voltemos a uma política evidentemente contrária aos interesses do País. O ministro Delfim Neto, que é muito mais um político extremamente sagaz do que um economista, quando ministro da Agricultura do atual governo derrubou o ministro Mário Henrique Simonsen porque este era monetarista e aquele desenvolvimentista, para depois adotar a mesma política recessiva e antisocial que sempre condenou.

A Revolução teve governos dinâmicos e realizadores que, durante anos, combateram com firmeza a corrupção. E disso resultaram indiscutíveis benefícios para o País. Enfrentou com firmeza a fase crítica do terrorismo, que ameaçava converter-nos em satélite da União Soviética. Mas o poder corrompe e a permanência preponderante de alguns militares no centro do poder tornou-se excessiva.

Daí os grandes méritos da abertura política, iniciada no governo Geisel e empreendida com firmeza e evidente sinceridade de propósitos pelo presidente João Batista Figueiredo e aliás apoiada pela esmagadora maioria das Forças Armadas.

Acredito que, sob sua liderança, lograremos a consolidação democrática, dando ao poder político a indispensável presença nas áreas de decisão e substituindo a frieza e irrealismo dos tecnocratas pelo espírito político mais voltado para o bem geral, com o que o governo poderá reconquistar amplos setores da opinião pública.

Herbert Levy é deputado federal pelo PP/SP, doutor em Ciências Políticas, empresário e jornalista.